

# Inflação, desinflação e reformas em uma perspectiva comparada: Brasil e Coréia<sup>1</sup>

JOSÉ MARCOS NAYME NOVELLI

Prof. Adjunto da UFSCar, campus Sorocaba.

Endereço: Rodovia João Leme dos Santos (SP-264), Km 110, Bairro do Itinga, Sorocaba (SP), CEP 18052-780.

novelli@ufscar.br

## Introdução

Brasil e Coréia têm, grosso modo, uma história econômica semelhante. São economias relativamente grandes e de renda média, que apresentaram um importante desenvolvimento industrial no século XX. Há semelhanças também na história política, pois a década de 1960 testemunhou a instalação de ditaduras militares em ambos os países, que passaram por um processo de redemocratização na década de 1980. Do mesmo modo, não obstante a diferença entre as estratégias econômicas adotadas e as instituições criadas a partir dos anos 1960, ambos os países passaram pela crise da dívida externa e pela adoção de reformas estruturais nas décadas de 1980 e 1990.

O objetivo do presente artigo é relacionar as diferenças entre as trajetórias econômicas do Brasil e da Coréia com a maneira pela qual o conflito social é “administrado” e com a natureza das coalizões que surgem na sociedade. Isto posto, a abordagem aqui desenvolvida parte de um duplo referencial: de um lado, trabalha-se com a perspectiva do conflito social e de outro, com a constituição de coalizões (“configurações de interesses e alinhamentos dos grupos”) que se formam na sociedade. Portanto, conflitos, coalizões e instituições ajudam a compreender a existência ou a ausência de processos inflacionários duradouros, o sucesso ou o fracasso no seu combate, bem como o processo de implantação de reformas estruturais. Além disso, cumpre ressaltar que a ordem econômica internacional é de extrema relevância para

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no 31º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), de 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu (MG), ST 12 - Desenvolvimento e instituições - projetos, agenda, atores e reformas em perspectiva comparada e tem como base a pesquisa desenvolvida na minha tese de doutorado (NOVELLI, 2007).

o estudo dos casos nacionais, devendo, por isso, ser devidamente considerada na análise aqui apresentada.

Além desta introdução, o texto compreende duas seções, dedicadas à apresentação de cada um dos casos que constituem o objeto do presente estudo. Nas considerações finais, procura-se, num esforço comparativo, evidenciar as diferenças entre as experiências em questão.

## Brasil

O Golpe de 31 de março de 1964 resolveu, de forma autoritária, a crise - representada sobretudo pela elevação da inflação<sup>2</sup> - que se instalou no final da fase de "industrialização intensiva" do processo substitutivo de importações e, a sua maneira, o novo regime político aprofundou a estratégia de desenvolvimento para dentro, ou seja, voltada para o mercado interno.

Um dos pilares da nova política econômica adotada após o Golpe está na Lei n° 4.357, de 17 de julho de 1964, que criou as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). O objetivo dos *policy-makers* era resgatar a dívida pública como instrumento não inflacionário de financiamento da economia. Ao longo do tempo, os contratos financeiros passaram a ser indexados pela variação das ORTN (SIMONSEN, 1995, p. 32-33), *passando a ser corrigidos monetariamente*.

Já a política salarial expressa no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), na Lei n° 4.725, de 13 de julho de 1965, e nos Decretos-lei n°s 15 e 17, de 29 de julho de 1966 e 22 de agosto de 1966, respectivamente, determinava "que os reajustes salariais deveriam ser calculados de modo que seu poder aquisitivo médio previsto para os 12 meses seguintes ao reajustamento fosse igual ao poder aquisitivo médio verificado nos 24 meses anteriores, acrescido de um percentual correspondente ao aumento de produtividade" (SIMONSEN, 1995, p. 56).

De outra forma, os salários eram reajustados de acordo com uma expectativa de inflação futura, que poderia estar incorreta, enquanto os outros contratos eram reajustados de acordo com a inflação passada. A Lei n° 5.541, de 12 de junho de 1968,

---

<sup>2</sup> Este texto parte do pressuposto que o conflito social *pode* resultar em inflação. Neste caso, "as raízes da inflação penetram profundamente na estrutura política e social em geral, e no conflito político e social e na administração do conflito em particular" (HIRSCHMAN, 1981, p. 177).

“procurou compensar parcialmente as subestimativas passadas do resíduo inflacionário” e a Lei nº 6.147, de 29 de novembro de 1974, “compensava integralmente, a cada reajuste, o erro da estimativa da inflação ocorrida no reajuste anterior [...] procurava igualar o poder aquisitivo médio do novo salário, durante seus 12 meses de vigência, ao poder aquisitivo médio verificado nos 12 meses anteriores (ao invés dos 24 meses da legislação anterior) (SIMONSEN, 1995, p. 59-60).

A Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, rompeu com o princípio até então adotado e os salários passaram a ser reajustados pela correção monetária do semestre anterior, conforme apurado pelo INPC. A Lei nº 8.222, de 5 de setembro de 1991, reduziu o prazo para quatro meses.

É importante fazer algumas ressalvas: que a correção semestral dos salários não foi uma medida “populista” ou “demagógica” do governo Figueiredo como faz crer Simonsen (1995, p. 63); e que a estabilidade relativa dos preços no período 1964-1974 foi obtida graças à repressão ao movimento sindical, mas também ao arrocho salarial, que funcionou como uma verdadeira âncora na contenção da elevação dos preços (SAYAD, 1999, p. 232). Passados quinze anos, o salário era o único preço que não estava integralmente indexado à correção monetária e a percepção dos trabalhadores em relação à carestia era diferente daquela apontada por Simonsen (1995). Era óbvio que os trabalhadores reivindicariam também o acesso à moeda indexada, e esse objetivo foi conquistado a partir do fortalecimento do movimento sindical, ainda no final do governo Geisel. Mas, de fato, “quando o reajuste salarial passou de anual para semestral, em 79, ficou sob ameaça a administração, até então eficazmente exercida, da inflação” (Castro, 1999, p. 173)<sup>3</sup>.

Deste modo, a coalizão inflacionária<sup>4</sup> tem a sua origem remota no governo Castello Branco (1964-1967) com a instituição da correção monetária, criada para encontrar uma forma de financiamento não inflacionário da economia brasileira. *No*

---

<sup>3</sup> Posições semelhantes às de SAYAD (1999) e CASTRO (1999) podem ser encontrada em BAER (1988, p. 464-468).

<sup>4</sup> A inflação pode até ter sido detonada por um fator exógeno (como, por exemplo, a guerra), *mas são as coalizões que determinam a sua extensão e a sua duração*. Assim, *coalizões inflacionárias* “se formam rapidamente e sem qualquer preparação prévia, às vezes até a contragosto dos seus componentes, sendo construídas através das linhas políticas dos partidos conforme padrões de riqueza, de renda e de afiliações industriais, gerando, elas próprias, impulsos inflacionários de intensidade variada” (MAIER, 1978, p. 42).

*entanto, é apenas no governo Figueiredo - após a nova lei salarial (6.708/79) e a crise da dívida externa - que se verifica a ação da coalizão inflacionária na dinâmica política do processo inflacionário.* O que permitiu o êxito e cimentou a coalizão inflacionária foi a indexação, especialmente, a correção monetária.

Segundo Abranches (1993), de um lado, a correção monetária diminuiu as perdas, o desconforto, a insegurança e a incerteza típicas dos processos inflacionários e, de outro, garantiu um mínimo de previsibilidade para os "grupos sociais". Assim, "a correção monetária substituiu o mecanismo primário de formação de preços e eliminou a necessidade de uma política de rendas mais explícita e diferenciada" (ABRANCHES, 1993, p. 75).

Mas quem compõe a coalizão inflacionária?

É importante não perder de vista que inflação e interesses estão relacionados, ou seja, há os que ganham e os que perdem com a inflação; há uns poucos que conseguem se antecipar a ela e muitos tentam alcançá-la com êxito relativo. Os bancos são os mais beneficiados, pois ganham tanto pelo *spread*, que é a diferença entre as taxas de captação e de aplicação, quanto pelo *float*, que é a utilização dos recursos dos correntistas sem qualquer remuneração; as grandes empresas passaram a ter nos ganhos financeiros parcelas cada vez maiores dos seus lucros, por exemplo, comprando à prazo e vendendo à vista; os oligopólios e os monopólios ganham porque possuem poder para repassar os seus custos na hora de fixar os seus preços; a classe média composta por profissionais liberais acompanha mais de perto a inflação, pois tem uma facilidade maior para indexar o preço do seu serviço aos índices de preço e tem acesso a serviços financeiros e à moeda estrangeira; a classe média assalariada e os trabalhadores organizados conseguem repor as perdas decorrentes da inflação, mas sempre de maneira atrasada, e boa parte tem acesso a serviços financeiros e à moeda estrangeira; os trabalhadores assalariados de categorias desorganizadas - que tinham acesso limitadíssimo aos instrumentos de indexação da moeda e à moeda estrangeira -, conseguiam, ainda que de forma bastante precária e parcial, recompor uma parte de poder de compra; e os trabalhadores autônomos também encontram alguma facilidade para indexar o preço do seu serviço aos índices de preço mas, como a maior parte deles não tem acesso a serviços financeiros, a moeda acaba se desvalorizando nas suas mãos. Não é possível fazer uma generalização para os pequenos e os médios empresários, pois a sua capacidade de enfrentar os efeitos da inflação depende do tipo de

negócio que possuem, se as vendas são à vista ou à prazo, o grau de concorrência que enfrentam etc. Nesse sentido, os pequenos e médios empresários poderiam ser incluídos em quaisquer dos tipos acima mencionados à exceção, obviamente, dos bancos, das grandes empresas, dos monopólios e dos oligopólios.

Ao penetrar profundamente nas instituições e na sociedade em geral, é difícil imaginar uma classe social ou uma fração de classe social que, no plano nacional, não participasse da coalizão inflacionária. Trata-se, portanto, de uma coalizão bastante ampla. O núcleo dessa coalizão era formado pelo conjunto da burguesia e pelos trabalhadores organizados. Contudo, é possível observar que essas classes ou frações de classe se comportavam diferentemente diante do processo inflacionário. O conjunto da burguesia, para manter (ou mesmo aumentar) sua margem de lucro, procurava se antecipar à inflação reajustando os preços preventivamente. A parcela da classe média e dos trabalhadores não assalariados podia até acompanhar mais de perto a elevação dos preços, mas os assalariados (classe média e trabalhadores) estavam sempre defasados, pois os salários são reajustados pela média da inflação passada, enquanto os preços são reajustados com base na inflação futura<sup>5</sup>.

Para compreender a desarticulação da coalizão inflacionária e a constituição da coalizão reformista-desinflacionária<sup>6</sup>, é preciso recuar, em um primeiro momento, a 1990, quando da posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República. A agenda do governo Collor de Mello - combate à inflação, reforma do Estado, abertura da economia e privatização - surgiu como uma das respostas à crise do modelo de desenvolvimento, que se expressou através de uma crise de hegemonia na "Nova República" a qual a inflação estava organicamente ligada.

O surgimento e a consolidação dessa agenda liberal estão ligados a fatores externos e internos. No plano externo, as mudanças mais gerais na economia mundial e a resposta norte-

---

<sup>5</sup> Este fato é reconhecido até pelo economista conservador: "Quem levaria a melhor, nesse conflito distributivo? Impossível dizê-lo, sem melhor estudo empírico. Não obstante, nas condições que prevaleceram no Brasil, pode-se esperar que o assalariado saia perdendo, em relação às empresas e aos aplicadores no mercado financeiro" (VELLOSO, 1990, p. 8-9).

<sup>6</sup> O motivo político do fracasso do Plano Cruzado até o Plano Collor foi a incapacidade de todos os planos anteriores ao Plano Real de desarticular a coalizão inflacionária.

americana a elas<sup>7</sup> e a defesa pelo governo norte-americano de uma ordem econômica mundial liberal com vistas a enfrentar os desequilíbrios da sua economia atingiram em cheio a “Nova República”, que “passou a sofrer pressões crescentes” pela abertura (CRUZ, 1997, p. 73). No plano interno, uma “postura antiestatista” se desenvolveu no interior do empresariado no final da década de 1970 e se aprofundou na década de 1980, quando a conversão ao “neoliberalismo” se consolidou (DINIZ & BOSCHI, 2004, p. 128). O fracasso do Plano Cruzado causou a “primeira fratura no consenso desenvolvimentista” (ALMEIDA, 1996, p. 222), possibilitando o fortalecimento dos “arautos do neoliberalismo” (CRUZ, 1988, p. 273-274) e sedimentando a

[...] idéia de que a liberalização econômica pudesse vir a ser uma solução para o problema de reforçar a autoridade do Estado e disciplinar o mercado [...]. Em junho de 1987, a virada na orientação geral da política econômica estava consumada. A partir daí, “abertura”, “desregulamentação”, “privatização”, “mecanismos eficazes de atração do investimento externo” convertem-se em palavras-chave no discurso oficial (CRUZ, 1997, p. 136-137).

Com efeito, o fracasso do Plano Cruzado teve importantes conseqüências para a coalizão inflacionária. Em primeiro lugar, aumentou a “tolerância social” para com a inflação, ou seja, aceitou-se uma convivência com maiores índices de inflação. Em segundo lugar, produziu “comportamentos superdefensivos”, que contribuíram para o processo de aceleração da inflação e, em terceiro lugar, introduziu um novo “choque” - o congelamento - que atenuava as pressões aceleracionistas e possibilitava a “continuação do jogo” (ABRANCHES, 1993, p. 80-87), isto é, quando a inflação começava a fugir do controle e aumentava perigosamente, havia a necessidade de um mecanismo para inibi-la, mas que era insuficiente para desmontar a coalizão inflacionária.

Apesar de o governo Collor de Mello não ter obtido sucesso no combate a inflação, promoveu importantes e profundas mudanças institucionais: “[É no governo Collor que] pela primeira

---

<sup>7</sup> Através da “diplomacia do dólar forte”, os Estados Unidos inverteram a sua relação financeira com o mundo tornando-se importador líquido de capital e “estão concentrando esforços no desenvolvimento dos setores de ponta e submetendo a velha indústria à concorrência internacional dos seus parceiros. A partir dessa modernização generalizada esperam poder retomar a sua posição como centro tecnológico dominante e reordenar de novo a economia mundial” (Tavares, 1997, p. 47). A primeira versão do artigo é de 1985.

vez, para além de uma política de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais” (FILGUEIRAS, 2000, p. 84).

Essa agenda foi retomada pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que reconheceu este fato em seu discurso de despedida do Senado Federal: a agenda do governo que se iniciaria em 1995 - que poria “fim à Era Vargas” - não era nova, já estava presente na “arena política nacional [...] no governo anterior ao do presidente Itamar Franco”, que teve o mérito de “conseguir salvar do naufrágio aquilo que merecia ser salvo: as medidas no sentido da abertura externa e da desestatização da economia; mas sobretudo a manutenção, na agenda política, das reformas fundamentais para um novo modelo de desenvolvimento” (CARDOSO, 1994, p. 9187), baseado na estabilidade macroeconômica; na abertura da economia (comercial, financeira e serviços); numa nova relação Estado-mercado, cujo “eixo dinâmico” será dado pelo último, cabendo ao Estado desenvolver mecanismos de regulação; na constituição de uma infra-estrutura econômica e social, na qual a “parceria com a iniciativa privada” na infra-estrutura econômica será feita através da privatização, “abrindo espaço para que o Estado invista naquilo que é essencial: em saúde, em educação, em cultura, em segurança” (CARDOSO, 1994, p. 9190).

Para atingir esse objetivo seria necessário reformar a Constituição de 1988, isto é, promover “um esforço de desconstitucionalização” para extirpar “a herança do velho modelo” nela presente. A reforma tributária não teria como objetivo elevar a carga nominal de impostos, “mas sim a facilidade de arrecadação, a eficiência da economia e a equidade social”. A “repartição dos encargos” entre União, Estados e Municípios não deveria ser alterada, mas seria preciso levar em conta “a enorme heterogeneidade do Brasil”, além de promover o combate contra o clientelismo, que, segundo o presidente eleito, “é quase uma página virada da política brasileira, [e que ele teria] o máximo empenho para virá-la definitivamente”. Fernando Henrique Cardoso defendia também o aumento da “liberdade do Executivo federal” em relação ao orçamento federal para alterar o “engessamento dos gastos” (isto é, os gastos vinculados às receitas) aprofundando o modelo do “Fundo Social de Emergência” (FSE). A reforma da Previdência visaria combater o “desequilíbrio estrutural grave”

originado na diminuição da relação entre contribuintes e beneficiários. Para tanto, seria necessário “mudar os critérios” da aposentadoria por tempo de serviço e das aposentadorias especiais dos funcionários públicos, juízes, parlamentares e professores. A isonomia jurídica entre capital estrangeiro e capital nacional atrairia o investimento estrangeiro, assim como a “flexibilização” dos monopólios estatais permitiria o investimento privado e a modernização do país.

Quais são, portanto, os elementos que permitem identificar uma forte relação entre os governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso? A linha interpretativa aqui adotada aponta a presença de alguns elementos comuns. Em primeiro lugar, há uma continuidade das políticas adotadas (CRUZ, 2000, p. 7). Em segundo lugar, *há o reconhecimento de que a estabilidade está conectada à realização de reformas mais amplas*. E, em terceiro lugar, como já mencionado, há uma visão comum quanto ao diagnóstico da crise (BRESSER PEREIRA, 1991, p. 9-10) e da agenda política (CRUZ, 1997, p. 151).

Com efeito, a desarticulação da coalizão inflacionária foi patrocinada pelo Estado através de duas importantes ações: do lado do empresariado, a liberalização comercial colocou as empresas nacionais e seus produtos em competição com os importados, o que acabou por impedir o repasse e a elevação dos preços; do lado dos trabalhadores organizados, o aumento do desemprego e a dureza com que a greve dos petroleiros foi combatida (mediante a participação do Exército), bem como o rigor com que as penalidades foram impostas ao sindicato sinalizaram um novo padrão de ação governamental no tratamento das reivindicações dos primeiros (não há negociação para reposição da inflação, nem indexação salarial). Esse novo padrão atingiu dura e especialmente os funcionários públicos (RIZEK, 1998; DIEESE, 2001)<sup>8</sup>.

É interessante destacar que, inicialmente, os empresários não acreditaram que a abertura comercial através da diminuição das alíquotas de importação tivesse algum efeito concreto nas suas atividades empresariais e no combate à inflação. A tranquilidade do empresariado em relação à liberalização comercial foi substituída por um discurso mais pragmático: os industriais afirmavam que

---

<sup>8</sup> Não obstante as diferenciações na composição das remunerações e os reajustes específicos concedidos a determinadas carreiras, os servidores públicos federais ficaram sem qualquer reajuste linear entre janeiro de 1995 (quando foi concedido 22,07% referente ao IPC-r de julho a dezembro de 1994) e janeiro de 2002 (3,5%).

estavam com a capacidade ociosa e os comerciantes apoiavam o aumento das importações desde que houvesse a elevação do consumo. Além disso, essas questões deveriam ser tratadas setorialmente, ou seja, através das câmaras setoriais (NOVELLI, 2007, p. 224-225). No entanto, a política de importações para inibir o aumento de preços foi utilizada ao longo de todo o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

É importante lembrar que um componente essencial da política de liberalização comercial foi a sobrevalorização do câmbio, que passou a preocupar os empresários, sobretudo após o resultado das eleições e a vitória de Fernando Henrique Cardoso. Ao que parece, os empresários acreditavam que a sobrevalorização do real seria uma medida temporária e que, finda a eleição, a política cambial seria alterada.

O conjunto do empresariado, mesmo aqueles expostos à competição internacional, tomou parte da constituição da coalizão reformista-desinflacionária. O motivo: a adesão destes à nova ordem liberal<sup>9</sup>. Convém lembrar que contribuiu para esta adesão a repetição, à exaustão do discurso de que o país somente retomaria o crescimento sustentado caso controlasse a inflação.

Mas, diferentemente da indexação, que permitia a manutenção de elevadas margens de lucro da grande empresa - financeira ou não (ALMEIDA, 1994) -, os benefícios econômicos da estabilidade de preços são distribuídos de maneira bem mais desigual no interior da coalizão reformista-desinflacionária.

É por este motivo que o “cimento” da coalizão reformista-desinflacionária deve ser buscado na adesão à nova ordem liberal e nas reformas liberalizantes. Ou seja: as mudanças estruturais na ordem internacional são parte importante para a compreensão do sucesso das políticas desinflacionárias na década de 1990 e o ritmo da implantação das reformas orientadas para o mercado. A idéia era de que as reformas beneficiariam o conjunto do empresariado, enquanto a estabilidade de preços não teria este alcance, deixando os feridos pelo caminho. A estabilidade de preços, portanto, era um

---

<sup>9</sup> Mais precisamente: neoliberalismo (ideologia e política econômica-social), reestruturação produtiva (associada às novas tecnologias e às novas formas e métodos de gestão e organização do trabalho) e a globalização (sobretudo financeira) impulsionados pelas grandes corporações transnacionais (produtivas e financeiras), instituições comerciais e financeiras multilaterais (FMI, BIRD, BID e OMC) e os governos dos países economicamente mais importantes (Estados Unidos, Japão e Alemanha) (FILGUEIRAS, 2000, p. 41-67).

meio para a consecução das reformas e não um fim em si mesmo. O importante mesmo era a realização das reformas.

Observa-se, no processo de desarticulação da coalizão inflacionária e constituição da coalizão reformista-desinflacionária, uma cisão entre os trabalhadores organizados. A CUT se preparava para fazer uma campanha contra o Plano Real alegando que o plano era recessivo, causaria arrocho salarial e aumento do desemprego. Já a Força Sindical parece ter ficado satisfeita com a criação do IPC-r.

Mas os ataques do governo aos sindicatos foram grandes. O governo pediu uma trégua ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) no que toca à questão salarial, no que foi atendido. De fato, a Justiça do Trabalho também teve um papel importante ao impedir a reposição salarial fora da data-base, ou seja, mesmo que acordada entre os trabalhadores e os empresários, ela foi proibida. a estrutura sindical é uma instituição que também auxilia na manutenção da coalizão inflacionária, mas que também poderia ser utilizada - e, de fato, foi utilizada, como indica o apoio da Força Sindical ao plano e ao governo - para desarticular essa coalizão e construir a coalizão reformista-desinflacionária (NOVELLI, 2007, p. 245).

Mas o grande embate do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso foi a greve dos petroleiros, que buscavam o cumprimento de um acordo assinado no governo Itamar Franco em novembro de 1994. O reajuste não foi concedido e o movimento da categoria foi duramente atacado tanto pelo governo quanto pela Justiça do Trabalho. As refinarias foram ocupadas pelos militares em 24 de maio de 1995 e após um mês, a greve terminava com a derrota do movimento sindical. Esse episódio foi significativo para a desarticulação da coalizão inflacionária.

Com a atividade econômica em baixa e o desemprego em alta - conseqüências das políticas de liberalização comercial, de sobrevalorização cambial e de altas taxas de juro -, os trabalhadores desenvolveram uma outra agenda, bem mais defensiva: a manutenção do emprego, reivindicação que se torna central nas negociações coletivas.

Além das mudanças na negociação coletiva, verificam-se modificações no nível de conflituosidade. Pode ser também que a própria redução, em termos nominais, das taxas anuais da inflação tenha contribuído para a diminuição dos conflitos, não obstante o

fato é de que as perdas dos trabalhadores para a inflação tenham sido consideráveis nos governos Fernando Henrique Cardoso<sup>10</sup>.

O apoio à coalizão reformista-desinflacionária se constituiu rapidamente. Essa coalizão não teria se viabilizado eleitoralmente se não contasse com o apoio daqueles que se beneficiaram com o fim do imposto inflacionário, com a “elevação do salário mínimo real ligada principalmente à queda dos preços relativos da cesta básica de alimentos ocorrida em 1995” (TAVARES, 1997, p. 109) (trabalhadores assalariados desorganizados) e a sobrevalorização cambial (conjunto dos trabalhadores e da classe média)<sup>11</sup>.

As mudanças estruturais da economia brasileira podem ser entendidas a partir de uma apropriação bastante livre do conceito keynesiano de convenção, que seria uma opinião média em relação ao estado dos negócios. A economia brasileira foi presidida por uma convenção voltada para o “crescimento garantido” - que se dissolveu em razão da recessão de 1981-1983, do fracasso do Plano Cruzado e do confisco dos ativos financeiros praticado no governo Collor de Mello - sendo substituída por uma outra convenção voltada para a “estabilidade” (CASTRO, 1994, p. 192-204)<sup>12</sup>. Para Belluzzo & Almeida (2002), a ruptura da convenção teria ocorrido com o afastamento do capital externo em decorrência da crise da

---

<sup>10</sup> De fato, os dados indicam uma tendência ao aumento do desemprego, a partir de 1995 e de redução do número de greves e grevistas, ao contrário do grande número de greves e grevistas verificado no período da coalizão inflacionária. Em 1995 a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo era de 13,2% e em 2002 chegou a 19,0% (Fonte: <http://www.dieese.org.br/ped/ped.html>). Em 1995, foram realizadas 1.056 greves com a participação de 2.277.894 grevistas. Em 2002, foram 281 greves com a participação de 1.241.329 grevistas (Fonte: OIT, Yearbook of Labour Statistics, 1995-2002, Classificação ISIC Rev. 3). Evidentemente, o conflito não desapareceu nos governos Fernando Henrique Cardoso, mas ele deixou de se manifestar através da inflação (MOLLO & SAAD, 2001, p. 37).

<sup>11</sup> De fato, o rendimento médio mensal na região metropolitana de São Paulo sobe como resultado da estabilização de preços, mas começa a cair a partir de 1998: 1994: R\$ 999; 1995: R\$ 1.125; 1996: R\$ 1.122; 1997: R\$ 1.124; 1998: R\$ 1.088; 1999: R\$ 1.027; 2000: R\$ 964; 2001: R\$ 879 (Fonte: <http://www.dieese.org.br/esp/8real/rmo.html> (em R\$ de dez/2001).

<sup>12</sup> A mudança institucional correspondente à alteração da convenção pode ser representada pelo papel exercido pelo Banco Central do Brasil (BCB) na administração da moeda, qual seja, de uma agência com funções de fomento, na qual o controle da inflação estava subordinado à estratégia de crescimento, para uma agência, cuja principal função passa a ser a estabilidade de preços mesmo em detrimento ao crescimento. Sobre o Banco Central do Brasil, consultar NOVELLI (2002).

dívida, o que pode ser interpretado como a ausência do capital externo da coalizão inflacionária<sup>13</sup>.

Diferentemente, a coalizão reformista-desinflacionária, como já mencionado, contou com um componente decisivo: o capital externo<sup>14</sup>. A presença do capital externo na coalizão também pode ser medida por intermédio da sua participação no processo de privatização<sup>15</sup>, pelo investimento estrangeiro direto<sup>16</sup> e pela variação das reservas internacionais<sup>17</sup>.

A variação das reservas internas é entendida como um elemento importante para compreender a dinâmica da coalizão reformista-desinflacionária. Em novembro de 1998, o Brasil realizou um empréstimo junto ao FMI em razão de uma grande fuga de capitais. Para se ter uma idéia, em abril as reservas internacionais contavam com US\$ 73,8 bilhões e, em dezembro, chegaram a US\$ 44,5 bilhões, após o aporte de aproximadamente US\$ 41 bilhões de um consórcio formado pelo FMI, Banco Mundial, BID, bancos centrais da União Européia, Estados Unidos, Canadá, Japão e pelo *Bank for International Settlements* (BIS). Se as reservas internacionais não fossem minimamente reconstituídas, a estabilidade de preços cairia por terra. Nesse sentido, o

---

<sup>13</sup> “A assimetria verificada no ajustamento entre o setor público e setor privado, o aprofundamento da crise financeira do Estado no decorrer dos anos 80, além do progressivo afastamento do capital estrangeiro após a ‘crise da dívida externa’, representaram o fim de uma ‘convenção’ que servia de amparo às decisões privadas” (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 82).

<sup>14</sup> “O fator econômico nuclear da crise que atingiu o Estado brasileiro no início dos anos 80 foi a incapacidade de fazer frente aos pagamentos da dívida externa, o que colocou em xeque o padrão costumeiro de relacionamento do Brasil com a ordem capitalista mundial. Assim sendo, a crise só poderia ser *contornada* ou *superada* mediante um rearranjo da articulação externa que havia permitido que o país tivesse apresentado até então um desenvolvimento capitalista pujante, embora dependente” (SALLUM Jr., 2004, p. 48).

<sup>15</sup> No período entre 1991-2002, a participação do capital estrangeiro no total das privatizações foi de 48,2%, ou US\$ 42,13 bilhões. No caso do setor de telecomunicações, a sua participação foi de 59,4%, ou US\$ 17,27 bilhões. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/privatizacao/estrangeiros/foreign.asp>

<sup>16</sup> Investimento direto estrangeiro líquido no Brasil por ano em bilhões de dólares: 1993: US\$ 0,3 bi; 1994: US\$ 1,8 bi; 1995: US\$ 4,3 bi; 1996: US\$ 10,0 bi; 1997: US\$ 17,0 bi; 1998: US\$ 25,9 bi; 1999: US\$ 30,0 bi; 2000: US\$ 30,6 bi; 2001: US\$ 22,5 bi; 2002: US\$ 16,6 bi (Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil (diversos números) apud CARNEIRO, 2002, p. 277).

<sup>17</sup> Saldo das reservas internacionais no final de cada ano em bilhões de dólares: 1993: US\$ 32.211 bi; 1994: US\$ 38.806 bi; 1995: US\$ 51.840 bi; 1996: US\$ 60.110 bi; 1997: US\$ 52.173 bi; 1998: US\$ 44.556 bi; 1999: US\$ 36.342 bi; 2000: US\$ 33.011 bi; 2001: US\$ 35.866 bi; 2002: US\$ 37.823 bi (Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil (diversos números) apud CARNEIRO, 2002, p. 363).

empréstimo do FMI foi fundamental para a manutenção dessa estabilidade.

Assim, a *variável explicativa* para o sucesso da estabilização de preços deve ser buscada na coalizão reformista-desinflacionária. O seu êxito está diretamente relacionado à maneira pela qual se desarticulou a coalizão inflacionária, atingindo especialmente uma fração do empresariado, os trabalhadores urbanos e os funcionários públicos. As reformas institucionais previamente adotadas e a conjuntura financeira internacional contribuíram para isso<sup>18</sup>. A diferença entre o fracasso de Collor e o sucesso de Fernando Henrique Cardoso está, portanto, na dinâmica do conflito, mas também na constituição da coalizão, na qual o capital externo tem papel relevante<sup>19</sup>.

## Coreia<sup>20</sup>

Após o Golpe de Estado de 16 de maio de 1961, o novo governo do General Park Chung Hee adotou uma estratégia de desenvolvimento voltada para fora ou orientada para o mercado externo. Tal estratégia, dinamizada pelas exportações, decorria de mudanças: a) no cenário externo, com as pressões exercidas pelo

---

<sup>18</sup> O governo Itamar Franco defrontou-se com uma conjuntura internacional de extrema liquidez e adotou uma política de absorção desses recursos externos que culminou com a elevação do saldo das reservas internacionais. É importante destacar que esse influxo de capitais ocorreu sem que o governo brasileiro tivesse chegado a um acordo formal com o FMI. Essa medida foi tomada em razão da decisão de se utilizar uma âncora cambial como forma de combater a inflação. Reservas internacionais elevadas inibiriam as tentativas de se especular contra a paridade adotada. Mas essa estratégia só foi factível porque um conjunto mínimo de reformas liberalizantes já havia sido realizado. A internalização dos fluxos financeiros internacionais foi possibilitada por um conjunto de medidas previamente adotadas. Sobre o processo de liberalização financeira, consultar PRATES (1999).

<sup>19</sup> Não é obra do acaso que, Pedro Malan, o principal negociador da dívida externa brasileira entre maio de 1991 e agosto de 1993, tenha sido posteriormente nomeado presidente do Banco Central do Brasil (setembro de 1993 a dezembro de 1994) e ministro da Fazenda durante os oito anos da presidência Cardoso (FIUZA, 2006; CARDOSO, 2006; PRADO, 2005).

<sup>20</sup> A República da Coreia foi formalmente proclamada em agosto de 1948 e Syngman Rhee eleito presidente da República pela Assembléia Nacional (da qual era presidente). Através de emendas à Constituição, que introduziu o voto direto, e de eleições manipuladas, Rhee conseguiu manter-se no poder até a sua renúncia, em abril de 1960, causada por uma onda de protestos - violentamente reprimida - contra a sua fraudulenta vitória nas eleições de março (SAVADA & SHAW, 1990).

governo dos EUA para que a Coréia conquistasse auto-suficiência e assim demandasse menor ajuda financeira; b) no cenário interno, com “a concentração de poder no Executivo, a racionalização da estrutura de *policy-making* econômico, e o desenvolvimento de novos instrumentos para dirigir a industrialização” (HAGGARD, 1990, p. 62)<sup>21</sup>.

As medidas tomadas para retomar o crescimento acabaram por elevar a taxa de inflação. Novamente, por pressão dos EUA, o governo adotou uma política monetária restritiva. A partir de 1965, a política monetária foi afrouxada e o sucesso da estratégia de privilegiar o setor exportador torna-se patente, resultando em inflação relativamente baixa e crescimento alto (COLE & PARK, 1983, p. 227-235)<sup>22</sup>.

Com efeito, o governo do General Park procurou emular o papel do Estado japonês na condução do modelo de desenvolvimento, mais precisamente, tomou medidas para criar uma burocracia forte que formulava e implementava as políticas econômicas<sup>23</sup>. Além disso, Park - ele próprio educado sob o Império japonês - normalizou as relações com o Japão em 1965, o que assegurou à Coréia o acesso a fundos e a empréstimos, mas também a compensações financeiras pela ocupação.

Além disso, o governo coreano não só incentivou como também estabeleceu “canais de colaboração” com a burguesia privada. Com o objetivo de incentivar a exportação, privilégios de importação foram criados, benefícios fiscais concedidos, a contração de dívida no exterior permitida, o capital externo atraído, e a taxa de juro mantida em baixo patamar (SAVADA & SHAW, 1990).

Os *policy-makers* selecionavam as indústrias que seriam apoiadas, canalizavam fundos oriundos de empréstimos externos e o Estado garantia o pagamento para os credores. A empresa pública atuava nas áreas de infra-estrutura. Mas diferentemente de outros

---

<sup>21</sup> Tome-se como exemplo a mudança da lei que criou, em 1950, o Banco Central coreano. Essa lei tinha sido redigida por dois economistas do Banco Central americano da regional de Nova York. O Banco da Coréia teria uma certa autonomia em relação ao Ministério das Finanças e seria responsável pela formulação e execução da política monetária, bem como pela supervisão bancária, mas desde o início do governo Park o banco central passou a ser formalmente subordinado ao Ministério das Finanças (RO, 1994, p. 146).

<sup>22</sup> Apenas em 1974 (24,3%) e em 1975 (25,2%) a taxa anual de inflação foi superior a 20%.

<sup>23</sup> Já em 1961 foi criado o Conselho de Planejamento Econômico com o objetivo de preparar planos quinquenais de desenvolvimento econômico.

casos nacionais, nos quais os benefícios eram concedidos sem contrapartida de apresentação de resultados, no caso coreano, a “alocação dos subsídios” era realizada respeitando o princípio da reciprocidade, isto é, a concessão estava vinculada à apresentação de resultados concretos e era monitorada pelo Estado<sup>24</sup>. Com efeito, a singularidade do caso coreano é que “o governo disciplinava o capital” (AMSDEN, 1994, p. 89-90)<sup>25</sup>.

Entre 1972-1979, o Estado coreano adotou um plano de investimentos direcionados à indústria pesada e química que tinha um triplo objetivo: i) recompor parte do apoio político perdido pelo fechamento do regime político (Constituição Yushin de 1972) em razão de uma onda de protestos; ii) constituir um complexo industrial-militar para a defesa da Coreia (HAGGARD & MOON, 1993, p. 76); e iii) alterar o padrão de acumulação da economia, que passaria a ser liderada pelas indústrias de bens de capital e intermediários.

O primeiro choque do petróleo não comprometeu a estratégia, pois o governo promoveu um forte ajuste através de aumento dos impostos, dos preços dos derivados de petróleo e da eletricidade (HAGGARD, 1994a, p. 36-37). Mas, no final da década de 1970, o quadro era outro e a Coreia também. A classe trabalhadora era bem diferente daquela do início da década de 1960, quando as suas manifestações eram espontâneas e desorganizadas. No início dos anos 1970, a classe trabalhadora começou a construir uma coalizão com outras forças sociais (intelectuais, estudantes e líderes religiosos), que tomaram conhecimento das condições de vida dos trabalhadores após o suicídio do operário Chun<sup>26</sup>. Em meados da década, o crescimento

---

<sup>24</sup> O presidente Park acompanhava mensalmente a performance do setor exportador (COOPER, 1994, p. 267). O Estado coreano também exercia controle sobre a burguesia através da concessão de licenças que determinavam a esfera de atuação das empresas e uma rigorosa fiscalização tributária e fiscal (ECKERT, 1993, p. 103).

<sup>25</sup> Uma outra especificidade coreana é a dependência financeira da burguesia em relação ao Estado, seja em razão da escassez de capital doméstico privado nos anos 1950, seja em razão da estatização do sistema financeiro no início da década de 1960 (ECKERT, 1993, p. 102), que dava poder ao Estado para definir a maioria dos projetos que contaria com o financiamento do investimento (YOO, 2001, p. 355). Esse controle do Estado sobre o sistema financeiro acabou por constituir com os chaebols uma “organização quase interna”, que possibilitou uma alocação mais eficiente do crédito (LEE, 1992).

<sup>26</sup> Chun Tai Il era um alfaiate de uma indústria de vestuário. Após ter escrito várias cartas para o Departamento de Assuntos do Trabalho e para outras organizações

econômico aumentava significativamente o número de trabalhadores e a sua concentração em determinadas regiões, criando uma identidade comum e o sentimento de solidariedade de classe. Em agosto de 1979, as trabalhadoras da fábrica YH protestaram contra o seu fechamento e foram reprimidas pela polícia. A violência da repressão desencadeou uma onda de protestos em todo o país contra a ditadura militar (KOO, 1993, p. 137-142) e resultou na constituição da coalizão dos “insatisfeitos” (HAGGARD, 1994b, p. 64-65):

Uma aliança de trabalhadores, estudantes e outros ativistas políticos realizou comícios públicos e organizou sindicatos desafiando a proibição governamental. [...] Progressivamente, o foco das lutas dos trabalhadores não era mais as questões econômicas isoladas, mas a organização de novos sindicatos independentes, e suas novas táticas centravam na promoção de lutas pela solidariedade entre os trabalhadores de diferentes fábricas localizadas dentro de uma mesma área industrial (KOO, 1993, p. 151).

A década de 1970 é testemunha também de mudanças na esfera do capital e nas relações deste com o Estado. As empresas coreanas cresceram e se tornaram grandes conglomerados (chaebol). Nesse contexto, adotar políticas contra as empresas exportadoras - que, em última instância, pudessem levá-las à falência - em uma estratégia voltada para o mercado externo significaria agir contra os interesses do próprio Estado (acesso a divisas, financiamento externo etc.) (ECKERT, 1993, p. 105; HAGGARD, 1994b, p. 49) e, além disso, criaria uma instabilidade política e econômica (YOO, 2001, p. 366).

Esses motivos talvez expliquem por que a Coreia procurou ajustar rapidamente sua economia para enfrentar a queda do crescimento, a diminuição das exportações e o aumento da inflação ocorridos em 1978<sup>27</sup>. Entretanto, o segundo choque do petróleo, o assassinato do General Park, a recessão, a quebra de empresas e o aumento do desemprego interromperam as medidas de ajuste, que somente seriam retomadas após a consolidação do governo do General Chun Doo Hwan<sup>28</sup>.

---

denunciando as péssimas condições de trabalho e solicitando a intervenção dessas agências, Chun incendiou o seu próprio corpo em novembro de 1970.

<sup>27</sup> Ademais, “na ausência de indexação, a inflação se torna uma questão política mais ampla, particularmente nas cidades, onde o regime se defrontava com a oposição mais estrondosa” (HAGGARD, 1994b, p. 49).

<sup>28</sup> O governo do General Chun começou e terminou em meio a protestos. Em maio de 1980, um protesto de estudantes universitários mobilizou uma parcela da

O golpe de 1980 contou com o apoio passivo de uma coalizão formada pela burguesia industrial, as camadas mais altas da pequena burguesia e a classe média (Choi, 1993, p. 31). As medidas de ajuste - política monetária conservadora, política fiscal apertada, liberalização comercial<sup>29</sup>, desregulamentação<sup>30</sup> e privatização de empresas públicas<sup>31</sup> (bancos, inclusive<sup>32</sup>) - atingem desigualmente os integrantes da coalizão desenvolvimentista. Em termos mais amplos: a estrutura da economia voltada para o mercado externo cria condições para a constituição e atuação das coalizões de apoio para políticas pró-exportação. No entanto, algumas dessas medidas trazem efeitos negativos para certos membros da coalizão e o ritmo de sua implementação e/ou alguma compensação devem ser adotadas para se manter a coalizão minimamente coesa.

O governo Chun marca o início de uma alteração nos objetivos da política econômica, pois “Chun acreditava que a inflação tinha sido responsável pela erosão do padrão de vida dos

---

população e foi violentamente reprimido, causando dezenas de mortes. Esse evento ficou conhecido como o Massacre de Kwangju. Em junho de 1987, protestos liderados pelos estudantes levaram à abertura do regime, como o direito dos sindicatos se organizarem livremente e a realização de eleições diretas para presidente. No entanto, a oposição, dividida, perdeu a eleição para o candidato da situação, o General Roh Tae Woo.

<sup>29</sup> As medidas de liberalização comercial estavam associadas a uma política mais ampla de desinflação. Apesar da redução de algumas alíquotas e do fim da exigência de licenças prévias para a importação de determinados produtos, alguns setores (agricultura e indústria automobilística) permaneceram protegidos e barreiras não tarifárias protegiam o mercado de bens de consumo (YOU & LEE, 2000, p. 3-4).

<sup>30</sup> As medidas eliminaram a regulamentação excessiva utilizada pelas agências estatais para intervir na economia, mas não alteraram aquelas normas que protegiam os interesses do empresariado (YOO, 2001, p. 374).

<sup>31</sup> Em 1968, ocorreu a primeira onda de privatização de empresas estatais (transporte, mineração e manufatura). Em 1980, a segunda rodada teve como objetivo privatizar bancos e refinarias de petróleo. Em ambos os casos, o Estado manteve a administração das empresas. Em 1987 houve uma tentativa de privatizar as grandes empresas (telefonias, energia e siderurgia), que atingiu parcialmente seus objetivos. Em 1993, um novo programa, que incluía 58 das 133 empresas estatais, também não prosperou. Nos dois últimos casos, a ação de uma coalizão anti-privatização composta por funcionários das empresas estatais, bem como por políticos e burocratas foi responsável pelo não cumprimento das metas traçadas (YOO, 2001, p. 375).

<sup>32</sup> A grande empresa coreana passou a desenvolver projetos próprios e, ao incorporar a instituição financeira na sua estrutura, ganhou autonomia decisória (ECKERT, 1993, p. 106-7), inclusive a de priorizar o investimento especulativo em detrimento do produtivo (HART-LANDSBERG & BURKETT, 2001, p. 408).

agricultores e dos trabalhadores, os quais, por sua vez, contribuíram para a agitação social de 1979 e 1980. Então, ele via a inflação não simplesmente como um problema econômico, mas um reflexo de uma doença social profunda” (HAGGARD & COLLINS, 1994, p. 79).

Além disso, criou-se um consenso de que a estabilização era pré-condição para o crescimento (SUH, 1992, p. 23; CORBO & NAM, 1992, p. 98). Esse consenso teria origem na mudança da estrutura econômica e social da Coreia, ou seja, ao tornar-se um país desenvolvido, a Coreia não teria grandes problemas econômicos a tratar e, portanto, a inflação passa a ser a principal questão a ponto da população e do governo trocarem uma menor taxa de crescimento por uma maior estabilidade de preços (COLE & PARK, 1983, p. 214). Em outras palavras:

Os coreanos ficaram convencidos, após aproximadamente quinze anos de crescimento de dois dígitos, que este continuaria e não mais viam como inevitável o *trade-off* entre crescimento e inflação. De outro, como a sociedade se tornou mais estável e a renda e riqueza aumentaram, as pessoas ficaram mais preocupadas com a erosão de suas rendas reais e com o valor de seus ativos financeiros do que anteriormente. Desemprego ou subemprego, que costumavam ser um dos mais sérios problemas, não mais pareciam sê-lo por volta de 1978. A conta corrente do balanço de pagamentos melhorou a ponto de acumular excedentes, a menos que medidas significativas de liberalização de importações fossem tomadas. Havia um consenso geral de que a posição do balanço de pagamentos coreano era saudável e não mais constrangeria o crescimento. Equidade distributiva, longe de ser ideal, era vista como uma das melhores entre os países em desenvolvimento. Havia também preocupações em alguns grupos que a continuidade da inflação debilitaria, no longo prazo, a capacidade de crescer da Coreia. [...] Na medida em que a opinião pública estava relutante em aceitar uma inflação considerável, o governo viu-se sob pressão crescente para alterar a ordem dos seus objetivos econômicos (COLE & PARK, 1983, p. 238-239)<sup>33</sup>.

Com efeito, algumas decisões tomadas no início da década - o reajuste do preço do petróleo, a contenção dos reajustes salariais e a desvalorização da taxa de câmbio - abriram caminho não só ao retorno do crescimento econômico e ao controle da inflação, mas também para a retomada das políticas de ajuste estrutural, que

---

<sup>33</sup> Para outros, a mudança dos objetivos da política econômica não foi tão prematura, nem tão rápida, pois no final dos anos 1980 a política financeira ainda era subordinada à política industrial. Além disso, essa mudança teria ocorrido “na surdina” (CHANG & YOO, 1999, p. 2).

foram interrompidas pela crise do final da década de 1970 e que buscavam manter tanto o acesso ao mercado financeiro internacional, quanto a estabilidade monetária (HAGGARD & COLLINS, 1994, p. 77-88).

O governo Chun desestatizou bancos comerciais, autorizou a criação de instituições não bancárias (como seguradoras), iniciou a liberação da taxa de juros, permitiu a aplicação de estrangeiros em fundos de investimento no mercado de títulos e valores e consentiu na captação de recursos no mercado internacional de capitais para as empresas coreanas<sup>34</sup>.

Não obstante uma reversão temporária no processo de liberalização financeira, o governo Roh (1988-1993) revogou as restrições para pagamentos e transferências relativas a transações em conta corrente e autorizou a compra (limitada) de ações coreanas por não residentes. As reformas prosseguiram no governo Kim Young Sam (1993-1998), que estabeleceu um cronograma de cinco anos para a liberalização completa das transações nas contas corrente e capital, e de redução das tarifas de importação, assim como autorizou a abertura de filiais de bancos estrangeiros<sup>35</sup>. A resposta do governo Kim Dae Jung (1998-2003) à crise asiática (1997-1998) foi de continuar as reformas liberalizantes (KIM et al, 2002, p. 5-7).

As medidas de liberalização comercial e financeira - iniciadas pelo governo Chun e continuadas pelos governos que o sucederam, tanto pelo situacionista Roh, quanto pelos históricos opositores dos regimes de exceção Kim Young Sam<sup>36</sup> e Kim Dae Jung<sup>37</sup> - foram implantadas gradualmente e o Estado coreano

---

<sup>34</sup> Essas medidas visavam facilitar o ingresso de capitais. Já os controles sobre a saída de capitais foram endurecidos. Entretanto, com vistas a combater o substancial ingresso de divisas proporcionado por essas decisões, o governo Roh, seu sucessor, reverteu algumas das medidas de forma a dificultar o ingresso e facilitar a saída de capitais (KIM et al, 2002, p. 3-5).

<sup>35</sup> Ao pressionarem pela implementação de medidas de liberalização financeira, os chaebols contribuíram para desfazer o arranjo institucional para financiar o investimento ("organização quase-interna"), no qual o Estado exercia o papel dominante. Esse fato somente foi possível em razão do crescimento dos chaebols, que possibilitou uma mudança - a seu favor - na correlação de forças com o Estado (LEE et al, 2002, p. 18).

<sup>36</sup> Apesar de seu passado opositorista, Kim Young Sam promoveu a fusão do seu partido político com o partido governista de Roh.

<sup>37</sup> Para conseguir maioria na Assembléia Nacional, o presidente Kim incluiu colaboradores dos ex-presidentes Chun e Roh no seu ministério e em postos decisórios importantes (LIM & HAN, 2004, p. 271). Esse fato revela a existência de uma certa continuidade entre os "dirigentes estatais".

manteve instrumentos que lhe permitem desempenhar um papel importante na economia<sup>38</sup>.

Mas o que explica a continuidade dessas medidas e o seu aprofundamento ao longo do tempo?

A resposta está no próprio sucesso da estratégia de desenvolvimento voltada para o mercado externo e liderada pelo Estado. Essa estratégia: i) criou a grande empresa exportadora<sup>39</sup>, uma próspera classe média e uma classe trabalhadora combativa, ou seja, uma coalizão suficientemente forte para pressionar o Estado pela abertura econômica; ii) gerou um enorme superávit nas relações comerciais com os EUA, fazendo com que o governo norte-americano pressionasse pela abertura financeira e comercial da Coreia; e iii) integrou a economia coreana à economia mundial, tornando o papel dos *policy-makers* mais difícil de ser realizado<sup>40</sup> (You & Lee, 2000, p. 5-6).

Essas medidas respondem não somente a mudanças da ordem econômica internacional (mais liberal), mas a mudanças na própria estrutura da economia coreana que, no início dos anos 1990, dava outro salto: “da indústria pesada para a de alta tecnologia, da formação bruta do capital fixo para a inovação, da exportação para a demanda doméstica<sup>41</sup>, da rígida direção governamental das transações para a liberalização do mercado” (EICHEGREEN & CHUNG, 2004, p. 4).

Essas mudanças estruturais pelas quais passou a Coreia podem ser verificadas também no campo das disputas trabalhistas.

---

<sup>38</sup> Como, por exemplo, a adoção em 1980 da lei de regulação dos monopólios e do justo comércio, que limitava a expansão dos chaebols, diminuía sua proteção e forçava-os a competir (YOO, 2001, p. 371). Essa lei sinaliza uma mudança na forma de intervenção do Estado na economia e na sua relação com o empresariado.

<sup>39</sup> A liberalização do regime político possibilitou à burguesia coreana - através da Federação das Indústrias Coreanas - defender com mais veemência publicamente a adoção das reformas liberalizantes (ECKERT, 1993, p. 108-109).

<sup>40</sup> É importante destacar que a formação dos *policy-makers* - economistas formados pelas universidades norte-americanas - contribuiu para que a solução para os desafios da Coreia fosse a liberalização econômica (YOU & LEE, 2000, p. 6; AMSDEN, 1994).

<sup>41</sup> Com a liberalização política do regime, os trabalhadores não mais aceitavam carregar o fardo do ajuste com seus baixos salários e o resultado da combatividade dos trabalhadores coreanos seria sentido através do aumento da demanda doméstica (EICHEGREEN & CHUNG, 2004, p. 3-4). Além disso, com o aumento da concorrência internacional de outros produtores asiáticos, os chaebols viram no mercado interno uma forma de manter a sua rentabilidade (HART-LANDSBERG & BURKETT, 2001, p. 411).

Na década de 1970 e no início da de 1980, o conflito se dava basicamente nas pequenas e médias indústrias leves, era liderado por trabalhadoras, demandava a organização de sindicatos independentes e o fim dos sindicatos de empresa, que dificultam a ação da categoria e/ou do conjunto dos trabalhadores. Já na segunda metade da década de 1980, o conflito concentrou-se na indústria pesada, era liderado por trabalhadores do sexo masculino, demonstrava grande solidariedade de classe, capacidade de organização e encontrava ressonância nos trabalhadores *white-collar*. Essa grande mobilização dos trabalhadores resultou na criação do Conselho Nacional dos Sindicatos Industriais e Regionais (KOO, 1993, p. 156-157)<sup>42</sup> - que dará origem à Confederação Coreana dos Sindicatos<sup>43</sup> - e na alteração da legislação trabalhista e sindical (KIM & LEE, 2001, p. 91).

Após a conquista da liberdade sindical, a ação sindical passa por diferentes fases: pela exacerbação dos conflitos (1987-1989); pelo seu refluxo (1990-1992), em razão de intensificação da repressão pelo governo; pela participação em fóruns (1993-1997), seja entre a Federação dos Empregadores da Coreia e a Federação dos Sindicatos Coreanos, seja entre estes, consultores governamentais, "grupos de interesse", acadêmicos e Confederação Coreana dos Sindicatos; e, a partir de 1998, pela reestruturação econômica e do mercado de trabalho através de uma comissão tripartite (LEE & LEE, 2003, p. 174-180)<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> O aumento da militância pós-1987 teria ainda mais duas causas: i) a idéia segundo a qual apenas o regime político de exceção traria crescimento econômico e segurança nacional não encontrava mais respaldo entre os trabalhadores, que desejavam democracia e liberdade sindical; e ii) uma mudança na força de trabalho, que passou a ser composta por uma nova geração, urbana, mais combativa em relação à geração anterior oriunda das áreas rurais (YOON, 2005, p. 209-10). A melhora na distribuição da renda que se verifica até 1992 está relacionada ao ingresso dessa força de trabalho urbana mais bem educada no mercado de trabalho. Contudo, permanece uma diferença salarial importante entre os trabalhadores das grandes e os das pequenas empresas (YOU & LEE, 2000, p. 14).

<sup>43</sup> A Confederação Coreana dos Sindicatos permaneceu na ilegalidade até o seu reconhecimento pelo governo no final dos anos 1990, não obstante ter se tornado a principal força no movimento sindical. Já a Federação dos Sindicatos Coreanos foi criada no início do governo Hee e, desde então, sempre esteve próxima dos governos.

<sup>44</sup> A variação anual do nível de conflituosidade pode ser verificada através do número de greves e de lockouts: 1985: 265; 1986: 276; 1987: 3617; 1988: 1873; 1989: 1616; 1990: 322; 1991: 234; 1992: 235; 1993: 144; 1994: 121; 1995: 88; 1996: 85 e 1997: 78. Fonte: OIT, Yearbook of Labour Statistics, 1985-1991,

A década de 1990 seria marcada ainda pelo ingresso da Coreia na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, em 1996, e por uma seriíssima crise em 1997-1998, que resultou em um crescimento negativo do PIB de 6,9%, em 1998. Para enfrentar a crise e com o apoio do governo dos EUA, a Coreia recebeu do FMI um empréstimo de US\$ 58 bilhões, cuja contrapartida foi o aprofundamento das reformas liberalizantes: abertura completa da conta capital e eliminação das restrições para o investimento estrangeiro; reestruturação do sistema financeiro e a concessão de autonomia para o Banco Central; reforma dos chaebols (controle do endividamento, maior transparência etc.); e reforma trabalhista<sup>45</sup> (demissão imotivada, banco de horas etc.).

Há uma vastíssima literatura sobre as origens da crise. Grosso modo, o debate se divide em duas posições: 1) a crise decorre da própria estratégia de desenvolvimento liderada pelo Estado, que implica em dirigismo, protecionismo, a escolha de vencedores; crédito subsidiado etc.; 2) a crise é resultado da rápida liberalização financeira levada a cabo pela Coreia por pressão das agências multilaterais (FMI e Organização Mundial do Comércio - OMC) e pelo governo dos EUA.

Foge inteiramente dos propósitos deste trabalho uma imersão neste interessante debate. Entretanto, a crise coreana pode ser analisada a partir da perspectiva dos conflitos e das coalizões que ocorrem na sociedade. Nesse sentido, a crise de 1997-1998 é o resultado do dismantelamento da coalizão social que sustentava o Estado desenvolvimentista, já que as altas taxas de crescimento possibilitavam uma espécie de *fuga para frente* em relação às mudanças que estavam ocorrendo na estrutura econômica e social. Apesar da melhora das condições materiais de vida da classe trabalhadora, a coalizão dominante excluiu a participação dos trabalhadores do processo decisório. No entanto, a mudança da correlação de forças entre as classes sociais não mais permite que os trabalhadores sejam apenas espectadores das decisões tomadas pela coalizão dominante (PALAT, 2003).

Mas quais foram as coalizões sociais que se formaram no período pré e pós-crise de 1997-1998?

---

Classificação ISIC Rev. 2 e OIT, Yearbook of Labour Statistics, 1992-1997, Classificação ISIC Rev. 3.

<sup>45</sup> A legislação trabalhista na Coreia foi introduzida em 1953 (durante a Guerra da Coreia) e foi inspirada na legislação japonesa que previa, entre outras normas, a estabilidade no emprego (LEE & LEE, 2003, p. 183).

Uma primeira coalizão política entre a classe média e a classe trabalhadora se constituiu durante a transição democrática e foi forte o bastante para conquistar algumas concessões do “regime autoritário”, mas sua duração não foi longa. E por qual motivo? Porque a classe média intentava apenas a sua inclusão no sistema político. Com a realização desse objetivo, ela abandonou a coalizão com a classe trabalhadora (JEE, 1997). Em outras palavras:

A nova classe média, uma aliada tradicional do trabalho, tornou-se progressivamente conservadora e de certa forma hostil à agressividade do movimento dos trabalhadores nos anos 1990. Uma diminuição do crescimento econômico e um estreitamento da diferença entre os salários dos trabalhadores *blue-collar* e dos *white-collar* devem ter tido um papel importante na sua mudança de atitude. Os sindicalistas *blue-collar* - ao perderem o apoio das classes médias e não sendo representados por nenhum partido político - tiveram de levar adiante, isolados, as lutas contra as ofensivas intensificadas do Estado e do capital (KOO, 1993, p. 159).

O governo Roh tentou constituir uma coalizão entre representantes do capital e o do trabalho para implantar a reforma trabalhista, sobretudo a demissão imotivada, mas a ação dos sindicatos combativos impediu a sua aprovação. A crise de 1997-1998 - ao aumentar o desemprego - gera uma oportunidade para o presidente Kim implantar a reforma trabalhista. Em janeiro de 1998, a Comissão Tripartite (governo, sindicatos e patronato) é constituída e, em fevereiro, um Pacto Social é assinado - inclusive pela Confederação Coreana dos Sindicatos - permitindo a demissão imotivada.

Essa mudança na legislação altera a correlação de forças na sociedade e os sindicatos passam a agir defensivamente, pois as greves que se seguem após a crise são pela manutenção do emprego. Além disso, há uma grande dificuldade para proteger os salários dos trabalhadores menos qualificados, já que eles podem ser demitidos mais facilmente (CHOI & KIM, 2004, p. 218-233; LEE & LEE, 2003, p. 178-180).

Para uma outra abordagem - a da coalizão de defesa - essa maneira “consensual” de implementar as reformas estruturais e mesmo a eleição do opositor Kim para a Presidência teriam sido possibilitadas pela crise. As políticas sociais acordadas pela Comissão Tripartite<sup>46</sup> são resultado de uma coalizão constituída

---

<sup>46</sup> O Pacto Social aprovado pela Comissão era mais abrangente e continha noventa artigos. Entre os principais itens acordados estão: reforma dos chaebols;

pelos “idealistas do bem-estar” - grupos de pressão voltados à área social, acadêmicos, assessores políticos do presidente e congressistas preocupados com a expansão da cidadania e da proteção social. Os integrantes dessa coalizão conseguiram influenciar o *policy-making* da “garantia de nível de vida mínimo” através de uma cobertura maior e um benefício mais elevado (KWON, 2003).

No período anterior ao da crise de 1997-1998, os “idealistas do bem-estar” foram incapazes de constituir uma coalizão suficientemente forte para influenciar as políticas sociais coreanas (a agenda e o resultado das políticas), que refletiam a visão dos “pragmáticos econômicos”: burocratas dos ministérios econômicos e especialistas em políticas públicas de outras agências governamentais (inclusive *think-tanks*), o que lhes deixava melhor posicionados institucionalmente. A prioridade dos “pragmáticos econômicos” era o crescimento econômico e a base de proteção extremamente restrita<sup>47</sup> (KWON, 2003).

A idéia segundo a qual a implantação das reformas liberalizantes foi realizada consensualmente em razão da criação da Comissão Tripartite é controversa. Primeiramente, o pacto foi assinado após uma forte pressão do governo e em uma conjuntura de crise. Os capitalistas se arrependeram de terem aberto o processo de *policy-making* à participação dos trabalhadores e os trabalhadores de terem concordado com a demissão imotivada<sup>48</sup>. Em segundo lugar, a Comissão Tripartite era apenas consultiva e não havia mecanismo que garantisse a aplicação do que havia sido acordado pelos próprios membros da comissão, nem pela Assembléia Nacional (Lim & Han, 2004, p. 269-270).

A participação na Comissão Tripartite não significou que os trabalhadores deixaram de ser “espectadores” (PALAT, 2003), pois no governo Kim se configurou uma nova coalizão dominante formada pelo capital transnacional e o núcleo da velha coalizão desenvolvimentista (Estado e capital local<sup>49</sup>), e da qual os

---

estabilização de preços; adoção de políticas sociais (seguro desemprego, treinamento e requalificação profissional, seguridade social); além da reforma trabalhista e sindical (LEE & LEE, 2003, p. 179).

<sup>47</sup> O “programa de assistência pública” não impedia que as pessoas se colocassem abaixo da linha de pobreza e era extremamente restritivo, pois excluía as pessoas entre 18 e 65 anos de qualquer ajuda monetária.

<sup>48</sup> Tanto é que a Confederação Coreana dos Sindicatos retirou-se da Comissão logo após a assinatura do pacto.

<sup>49</sup> LIM & HAN (2004) afirmam que o capital local passou a ocupar uma “posição periférica” no interior da coalizão.

produtores rurais e os trabalhadores<sup>50</sup> foram “amplamente excluídos” (LIM & HAN, 2004, p. 270-275).

Deste modo, se se pretende efetuar uma análise mais abrangente do caso em tela é preciso introduzir uma perspectiva que incorpore as relações entre Estado e classes sociais. Nesse sentido, uma definição ampliada da coalizão desenvolvimentista permite capturar uma visão mais completa da sociedade coreana.

As classes subalternas - apesar de excluídas do processo decisório da estratégia de desenvolvimento - auferiram dela algum benefício e, mais do que isso, foram importantes para conferir legitimidade a essa estratégia, ou seja, não estavam completamente afastadas do processo político.

No que se refere aos trabalhadores organizados, houve repressão. A forte combatividade demonstrada pelo movimento operário coreano - mesmo em uma conjuntura de pleno emprego e de reajustes salariais periódicos - não engendrou a constituição de uma coalizão inflacionária. A violenta repressão e a ausência de indexação parecem ser determinantes neste caso.

Por fim, há outro elemento importante também relacionado à ação do Estado coreano que dificultou a constituição de uma coalizão inflacionária: foi dado ao combate da inflação a mesma importância concedida às políticas de crescimento.

As discussões sobre inflação na Coreia indicam que este é um tema importante, mas que ficava em segundo plano se o seu combate implicasse redução do crescimento; os “homens de negócio” não identificavam baixa inflação como contrária a seus interesses, sobretudo se a disponibilidade de crédito fosse aumentada; a pressão pela estabilização de preços era externa (governo dos EUA e FMI) (COLE & PARK, 1983, p. 213-214). Mas o debate ocorria em uma conjuntura na qual as taxas eram relativamente baixas, o que, de fato, não incentivava a constituição de uma coalizão inflacionária.

---

<sup>50</sup> O desemprego aumentou de 2,0% em 1996 para 6,8% em 1998, reduzindo-se para 4,1% em 2000 e se estabilizando em torno de 3,7% em 2001 e 3,6% em 2002. Entretanto, essa recuperação do nível de emprego ocorreu à custa do aumento do trabalho temporário e afetou negativamente o índice de Gini, que se elevou de 0.283 em 1997 para 0.315 em 1998 e 0.319 em 2001 (LIM & HAN, 2004, p. 273). Em termos absolutos, a variação da taxa de desemprego e do índice de Gini pode ser pequena, mas em termos relativos não deixa de ser significativa. O aumento do gasto social verificado no período pós-crise é uma medida compensatória que visa combater o aumento do desemprego e a piora na distribuição de renda.

A ausência de uma coalizão inflacionária também se deve à não interrupção do financiamento externo da economia coreana. Não obstante o seu alto nível de endividamento, a Coreia conseguiu substituir suas fontes de financiamento, quais sejam, os empréstimos bancários norte-americanos e europeus pelo mercado de capitais japonês. Além da proximidade geográfica, os motivos para o acesso ao crédito japonês estavam relacionados à maneira pela qual a estrutura industrial coreana se instituiu, isto é, integrada à economia japonesa (PALAT, 2003, p. 177). Isso indica a importância de se considerar as relações da economia coreana com a economia mundial, bem como a própria ordem econômica internacional.

### Considerações finais

Industrialização substitutiva de importações, desenvolvimentismo, intervencionismo econômico, ditadura militar, repressão aos trabalhadores, crise da dívida, redemocratização e reformas estruturais são processos que caracterizaram tanto o Brasil quanto a Coreia. No entanto, as semelhanças mais gerais escondem diferenças bastante acentuadas entre os dois casos.

No caso brasileiro, a combinação de uma estratégia de desenvolvimento voltada para dentro, com forte participação estatal, financiada externamente por empréstimos em dólares e com a indexação formal da economia, foi bastante exitosa em termos de crescimento da economia e bastante tolerante em relação ao nível de preços. Quando um dos pilares desta estratégia desmoronou - a crise da dívida - em um momento em que os trabalhadores apresentavam alta combatividade, a indexação da economia permitiu a manutenção do conflito social em patamares administráveis através da constituição de uma coalizão inflacionária. No entanto, as instituições que cimentavam a coalizão apresentavam uma dinâmica caracterizada pela elevação crescente das taxas de inflação.

Para além das mudanças de uma nova ordem econômica mundial mais liberal e das pressões externas, a motivação para a implantação das reformas estruturais no Brasil estava organicamente relacionada à consecução da estabilidade de preços e à desmontagem da coalizão inflacionária, o que implicava a constituição de uma nova coalizão, que sustentasse essa nova estratégia de desenvolvimento.

Já o caso coreano apresentou outros desdobramentos. A estratégia de desenvolvimento voltada para fora, o tipo de relação entre o Estado e a burguesia, a ausência de indexação da economia, a grande importância dada ao combate à inflação apresentaram resultados ainda mais exitosos. Quando da crise da dívida, a Coreia conseguiu substituir as suas fontes externas de financiamento, manteve o controle sobre o trabalho e apresentou um consenso relativamente maior sobre as reformas a serem adotadas.

A adoção das reformas estruturais na Coreia estava ligada não só às pressões externas e às mudanças na ordem econômica mundial, mas também à própria estrutura da economia daquele país. Por um lado, destaca-se a presença de um ator extremamente forte - a grande empresa exportadora - que via nas reformas a ocasião para escapar da tutela do Estado; por outro lado, este manteve instrumentos importantes de intervenção na economia.

O ritmo da implantação das reformas estruturais foi bastante diferente nos casos em tela. A Coreia, como mencionado, iniciou esse processo em 1980 e de forma gradual, enquanto no Brasil o processo teve início em 1990 e ocorreu de forma bastante intensa. Os resultados não foram animadores para Brasil: não obstante a estabilidade de preços, a instabilidade marcou a década de 1990 e a economia apresentou baixo crescimento. Já a Coreia, apesar de ter também passado por uma severa crise, conseguiu se recuperar rapidamente em razão das já mencionadas características de sua estrutura econômica.

## Referências

ABRANCHES, S. A Sociologia Política da Inflação. In: VIEIRA, José Ribas et al (orgs.). *Na corda bamba*: doze estudos sobre a cultura da inflação. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ALMEIDA, J.S.G. Crise econômica e reestruturação de empresas e bancos nos anos 80. 1994. Tese (Doutorado em Economia) - Unicamp, Campinas.

ALMEIDA, M.H.T. Pragmatismo por necessidade: os rumos da reforma econômica no Brasil. *Dados*, v. 39, n. 2, p. 213-234, 1996.

AMSDEN, A.H. The Specter of Anglo-Saxonization Is Haunting South Korea. In: CHO, L.-J. & KIM, Y. H. *Korea's Political Economy: An Institutional Perspective*. Boulder: Westview, 1994.

BAER, W. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

BELLUZZO, L.G. & ALMEIDA, J.G. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRESSER PEREIRA, L.C. **Os tempos heróicos de Collor e Zélia: aventuras da modernidade e desventuras da ortodoxia**. São Paulo: Nobel, 1991.

CARDOSO, F.H. **A arte da política: a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Discurso de despedida. **Anais do Senado Federal**. v. 18, n. 21, p. 9185-9195, 1994.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora Unesp; IE/Unicamp, 2002.

CASTRO, A.B. Entrevista. In: MANTEGA, G. & REGO, J.M (orgs). **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. Renegade Development: Rise and Demise of State-Led Development in Brazil. In: SMITH, W.C. et al (eds.). **Democracy, Markets and Structural Reform in Latin American: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile and Mexico**. Miami: NSCP, 1994.

CHANG, H.-J. & YOO, C.-G. **The Triumph of the Rentiers? The 1997 Korean Crisis in a Historical Perspective**. 1999. Disponível em: <http://www.newschool.edu/cepa/publications/workingpapers/archive/cepa0312.pdf>

CHOI, J. J. Political Cleavages in South Korea. In: KOO, H. (ed.). **State and Society in Contemporary Korea**. Ithaca: Cornell U. P., 1993.

CHOI, Y.-K. & KIM, D.I. Changes in the Labor Markets and Industrial Relations. In: EICHENGREEN, B. & CHUNG, D.-K. (eds.). **The Korean Economy Beyond the Crisis**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

COLE, D.C. & PARK, Y.C. **Financial Development in Korea, 1945-1978**. Cambridge: Harvard U. P., 1983.

COOPER, R.N. Korea's Balance of International Payments. In: VVAA. **Macroeconomic Policy and Adjustment in Korea, 1970-1990**. Cambridge: Harvard U. P., 1994.

CORBO, V. & NAM, S.-W. Recent Experience in Controlling Inflation. In: CORBO, V. & SUH, S.-M. **Structural Adjustment in a Newly Industrialized Country: The Korean Experience**. Baltimore: Johns Hopkins U. P., 1992.

CRUZ, S.C. V. Brasil: aspectos políticos da crise econômica. **Lua Nova**, n. 49, p. 5-21, 2000.

\_\_\_\_\_. **Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política no Brasil dos anos 80**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

\_\_\_\_\_. Empresários, economistas e perspectivas da democratização no Brasil. In: REIS, F.W. & O'DONNELL, G. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Dieese, 2001.

DINIZ, E. & BOSCHI, R. **Empresários, interesses e mercados: dilemas do desenvolvimento no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

ECKERT, C.J. The South Korea Bourgeoisie: A Class in Search of Hegemony. In: KOO, H. (ed.). **State and Society in Contemporary Korea**. Ithaca: Cornell U. P., 1993.

EICHENGREEN, B. & CHUNG, D.-K. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (eds.). **The Korean Economy Beyond the Crisis**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000.

FIUZA, G. **3.000 dias no bunker: um plano na cabeça e um país na mão**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HAGGARD, S. Macroeconomic Policy through the First Oil Shock, 1970-75. In: VVAA. **Macroeconomic Policy and Adjustment in Korea, 1970-1990**. Cambridge: Harvard U. P., 1994a.

\_\_\_\_\_. Macroeconomic From the Heavy Industry Plan to Stabilization: Macroeconomic Policy, 1976-1980. In: VVAA. **Macroeconomic Policy and Adjustment in Korea, 1970-1990**. Cambridge: Harvard U. P., 1994b.

\_\_\_\_\_. **Pathways from the Periphery**. The Politics of Growth in the Newly Industrializing Countries. Ithaca: Cornell U. P., 1990.

HAGGARD, S. & COLLINS, S. The Political Economy of Adjustment in the 1980s. In: VVAA. **Macroeconomic Policy and Adjustment in Korea, 1970-1990**. Cambridge: Harvard U. P., 1994.

HAGGARD, S. & MOON, C.-I. The State, Politics, and Economic Development in Postwar South Korea. In: KOO, H. (ed.). **State and Society in Contemporary Korea**. Ithaca: Cornell U. P., 1993.

HART-LANDSBERG, M. & BURKETT, P. Economic Crisis and Restructuring in South Korea: Beyond the Free Market-Statist Debate. **Critical Asian Studies**, v. 33, n. 3, p. 403-430, 2001.

HIRSCHMAN, A.O. The Social and Political Matrix of Inflation: Elaborations on the Latin American Experience. In: **Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond**, Cambridge: Cambridge U. P., 1981.

JEE, J. Class Structure and Class Consciousness in South Korea. **Journal of Contemporary Asia**, v. 27, n. 2, p. 135-155, 1997.

KIM, D.I. & LEE, J.-H. Labor Reforms in Korea. In: CHO, L.-J. et al (eds.). **Restructuring the National Economy**. Seoul: KDI, 2001.

KIM, S. et al. Macroeconomic Effects of Capital Account Liberalization: The Case of Korea. Seoul: KIEP, 2002. Disponível em: [http://www.kiep.go.kr/inc/download\\_pub.asp?fm=\(2959884E\)%20Wp02-01%20.pdf](http://www.kiep.go.kr/inc/download_pub.asp?fm=(2959884E)%20Wp02-01%20.pdf)

KOO, H. The State, *Minjung*, and the Working Class in South Korea. In: \_\_\_\_\_. (ed.). **State and Society in Contemporary Korea**. Ithaca: Cornell U. P., 1993.

KWON, H.-j. Advocacy Coalitions and the Politics of Welfare in Korea After the Economic Crisis. *Policy & Society*, v. 31, n. 1, p. 69-83, 2003.

LEE, C.H. The Government, Financial System, and Large Private Enterprises in the Economic Development of South Korea. *World Development*, v. 20, n. 2, p. 187-197, 1992.

LEE, C.H. et al. *Chaebols*, Financial Liberalization and Economic Crisis: Transformation of Quasi-Internal Organization in Korea. *Asian Economic Journal*, v. 16, n. 1, p. 17-35, p. 2002.

LEE, W.-D. & LEE, B.-H. Industrial Relations and Labor Standards in Korea. In: KWON, O. Yul et al (eds.). *Korea's New Economic Strategy in the Globalization Era*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

LIM, H.-C. & HAN, J. Social Realignment, Coalition Change and Political Transformation. In: EICHENGREEN, B. & CHUNG, D.-K. (eds.). *The Korean Economy Beyond the Crisis*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

MAIER, Charles S. The Politics of Inflation in the Twentieth Century. In: HIRSCH, Fred & GOLDTHORPE, John H. (eds.). *The Political Economy of Inflation*. Cambridge: Harvard U. P., 1978.

MOLLO, M.L.R. & SAAD FILHO, A. Reconhecimento social da moeda: observações sobre a inflação e a estabilização de preços no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 21, n. 2, p. 24-42, abr./jun. 2001.

NOVELLI, José M. N. *Inflação e desinflação: coalizões, conflitos e instituições no Brasil e em outros países*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Unicamp, Campinas, 2007.

\_\_\_\_. *Instituições, política e idéias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

PALAT, R.A. 'Eyes Wide Shut': Reconceptualizing the Asian Crisis. *Review of International Political Economy*, v. 10, n. 2, p. 169-195, may 2003.

PRADO, M.C.R M. *A real história do real: uma radiografia da moeda que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PRATES, D.M. Investimentos de portfólio no mercado financeiro doméstico. In: *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Fundap; Fapesp; Brasília: IPEA, 1999.

RIZEK, C. A greve dos petroleiros. *Praga*, n. 6, p. 97-105, 1998.

RO, S.-T. Korean Monetary Policy. In: VVAA. *Macroeconomic Policy and Adjustment in Korea, 1970-1990*. Cambridge: Harvard U. P., 1994.

SALLUM Jr., B. Crise, democratização e liberalização no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Brasil e Argentina hoje: política e economia*. Bauru: Edusc, 2004.

SAVADA, A.M. & SHAW, W. *South Korea: A Country Study*. Washington: Library of Congress, 1990. Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/krtoc.html>

SAYAD, J. Entrevista. In: MANTEGA, G. & REGO, J.M. (orgs). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999.

SIMONSEN, M.H. *30 anos de indexação*. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

SUH, S.-M. The Economy in Historical Perspective. In: CORBO, V. & SUH, S.-M. (ed.). **Structural Adjustment in a Newly Industrialized Country: The Korean Experience**. Baltimore: Johns Hopkins U. P., 1992.

TAVARES, M.C. A retomada da hegemonia norte-americana In: \_\_\_\_ & FIORI, J.L.(org). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

VELLOSO, J.P.R. **Hiperinflação, crescimento e reformas: as opções do novo governo**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

YOO, S.M. Evolution of Government-Business Interface in Korea: Progress to Date and Reform Agenda Ahead. In: CHO, L.-J. et al (eds.). **Restructuring the National Economy**. Seoul: KDI, 2001.

YOON, B.J. Labor Militancy in South Korea. *Asian Economic Journal*, v. 19, n. 2, p. 205-230, 2005.

YOU, J.-I. & LEE, J.-H. **Economic and Social Consequences of Globalization: The Case of South Korea**. 2000. Disponível em: <http://www.newschool.edu/cepa/publications/workingpapers/archive/cepa0117.pdf>